

Política Cultural, Museus e Turismo

*Ana Amélia Rodrigues de Oliveira**

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões relacionadas às práticas da política cultural no Ceará, caracterizada pela falta de continuidade e pelo descaso por parte das autoridades. Tomando como base fontes e informações referentes a um equipamento cultural vinculado ao governo, o Museu do Ceará, analisamos – a partir da história desta instituição – a falta de um planejamento político para a cultura no estado, algo que só mudará a partir do momento em que se institui uma política sistemática para o turismo no início dos anos 1970.

Palavras-chave: Política cultural. Turismo. Museu.

As questões que pretendo apresentar nesse artigo surgiram durante o período de escrita da minha dissertação de mestrado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do professor Francisco Régis Lopes Ramos. Mesmo não sendo as políticas culturais a problemática central do meu trabalho, foi inevitável que, em determinados momentos, fossem feitas algumas referências ao assunto, já que meu objeto de estudo era uma instituição cultural vinculada ao estado.

O mote de minha discussão será a falta de continuidade de políticas públicas culturais no estado do Ceará. A mudança de postura do Estado em relação à cultura só acontecerá, mais evidentemente, a partir dos anos 1970, com a implantação de uma política sistemática de turismo. A necessidade de construir uma boa imagem do estado “lá fora” justificará os investimentos na área cultural, tornando o Ceará um dos destinos turísticos mais procurados do país.

Minha dissertação de mestrado, intitulada *Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história no Museu do Ceará* tinha como objetivo analisar a trajetória do Museu Histórico do Ceará – primeira unidade museológica do estado mantida pelo governo – desde a sua criação, em 1932 até o ano de 1976, período que contemplava a gestão de três diretores¹. Ao longo de dois anos e meio de trabalho, lendo e escrevendo sobre o assunto, fui percebendo que, desde os primeiros anos de funcionamento do Museu, já eram evidentes os problemas relativos à falta de investimento e recursos para gerir a instituição.

Em seu texto intitulado *Entre História e Memória. A problemática dos lugares*, Pierre Nora fala sobre a criação dos “lugares de memória”, que seriam lugares, instituições, rituais criados com o intuito de preservar uma memória oficial, diferente do que acontecia anteriormente, quando a memória era algo vivido no cotidiano e sua preservação era realizada pelos próprios grupos sociais (NORA, 1993).

Na perspectiva de Pierre Nora, esses lugares de memória surgem a partir do momento em que a memória deixa de ser uma prática vivida no cotidiano para se tornar o resultado de uma organização

voluntária e seletiva. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p.14). Os lugares de memória nascem do sentimento de que não há memória espontânea. Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos, bibliotecas e monumentos surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada.

O Museu Histórico do Ceará teve uma trajetória marcada pela sua utilização como instrumento formador de identidade, em que se buscava construir uma memória através de operações ideológicas que produzissem significados e representações sobre a História do Ceará, perfil que se enquadraria à perspectiva dos lugares de memória de Nora. Mas nem mesmo a configuração do Museu como um lugar de produção de uma memória oficial foi capaz de despertar o interesse do Estado pela legitimação de uma ação em defesa da memória.

Ao longo de seus 76 anos, o Museu do Ceará² tem resistido à falta de continuidade de políticas públicas para instituições culturais, como museus, bibliotecas, teatros etc. Desde os anos 1930, jornais da imprensa cearense já denunciavam o descaso por parte do poder público em relação ao Museu. O descaso ao qual nos referimos, pode ser percebido desde a gestão do primeiro diretor, Eusébio de Sousa (1932 – 1942). Em entrevista concedida ao jornal *A Rua*, em 1936, Eusébio fala sobre as dificuldades em manter a “repartição”. Isso pode ser interpretado como uma determinada postura dos governantes, que não pareciam preocupados com a memória, da elite ou do povo. Num trecho da entrevista, ele afirma:

[...] - A verba do Museu e do Arquivo³ é suficiente para as despesas necessárias ao mesmo?

- Infelizmente não. Relativamente pequena, calcada ainda na primitiva verba, estou lutando com imensas dificuldades para

que consiga maior verba para a minha repartição, confiado na ação dinâmica do ilustre governador do estado, dr. Menezes Pimentel, que como professor e intelectual de renome conhece muito bem o valor social e cultural do Museu, amparando-o na altura das suas necessidades ingentes. (A RUA, 26/05/1936, p.3).

Após a saída de Eusébio de Sousa, em 1942, o Museu Histórico do Ceará passou por um momento de abandono. De acordo com o catálogo do museu, publicado em 1972 (CASTRO; MEDEIROS, 1972), isso ocorreu devido à mudança de diretores ocorrida em um curto espaço de tempo, já que, depois da saída de Eusébio, estiveram à frente do Museu os senhores Fidélis Alves da Silva, Antônio Pais de Castro, Artur Eduardo Benevides e Hugo Catunda. Segundo o “resumo histórico” apresentado no catálogo, “essa situação de mudanças de direção abriu um hiato na vida do museu e foi quebrado o ritmo de prosperidade que lhe imprimira o seu primeiro diretor”.

Mesmo não tendo acesso a registros mais precisos sobre o funcionamento do Museu nesse período, é possível encontrar, em alguns jornais, reportagens sobre a situação do Arquivo e do Museu Histórico. O jornal *O Nordeste* apresenta a matéria intitulada *O Arquivo Público em pandarecos* (02/10/1948), sobre a situação lastimável em que se encontrava o Arquivo. Apesar de não serem citadas as condições do Museu Histórico, basta lembrar que o Museu funcionava como um anexo do Arquivo e que a sua situação não deveria ser diferente. O jornal *O Estado* (02/03/1948) também define como lastimável a situação, não só do Arquivo, mas também de outras instituições culturais, como a Biblioteca Pública e o Teatro José de Alencar. As evidências nos levam a crer que essa troca frequente de diretores durante um intervalo de quase dez anos e a falta de uma política cultural por parte do Estado prejudicaram a continuidade do trabalho iniciado por Eusébio de Sousa ou a própria definição de um plano a ser implantado na instituição por outro diretor.

A partir de 1951, após um convênio firmado pela Lei nº. 1.105, de 23 de outubro de 1951, e assinado entre o Governo do Estado e o Instituto Histórico do Ceará, o Museu Histórico foi anexado ao Instituto por um período de vinte anos. A assinatura de tal convênio

pode ser interpretada como uma forma de o Estado se eximir do ônus de administrar a instituição. Ao falar da situação do Museu quando recebido pelo Instituto Histórico do Ceará a partir de outubro de 1951, Raimundo Girão⁴ é um pouco mais contundente que as matérias publicadas pela imprensa. Em artigo publicado no jornal *O Povo*, ele afirma:

Ultimamente a vestuta sociedade (Instituto do Ceará) andou deveras aflita com o deslocamento de sua sede, que era localizada, na parte térrea do Paço do Legislativo, porém, afinal, tudo se conciliou, e o atual Governo houve por bem dar uma solução feliz ao caso. O Instituto deixaria aquele local, de que a Assembléia necessitava para as suas instalações e como compensação, passar-se-ia para o edifício até então ocupado pelo Arquivo Público, na Avenida Alberto Nepomuceno, ficando sob sua responsabilidade, todavia, a guarda e direção do Museu Histórico. Postas as coisas nestes termos, efetuou-se a mudança, como bem se compreende muito difícil, dado o recíproco deslocamento dos móveis, utensílios, livros e pertences de ambas as entidades. E o Instituto, depois de estabelecido ali, iniciou-se a reorganização do Museu. Um pandemônio, aquilo! Uma confusão à primeira vista irremovível. A originária disposição do Museu, devida ao Dr. Eusébio de Sousa, sofrera, com os tempos, dolorosa subversão. Tudo em desordem, abandonado, entregue à poeira e ao cupim. Não havia verba para melhorar o Departamento e qualquer esforço dos seus dirigentes resultava improficuo. Desprezava-se, sem explicação, aquilo que um povo mais civilizado estaria de todo empenho em preservar. Foi deste modo que a ‘Casa do Barão de Studart’ recebeu aquele patrimônio em franco desgaste. Mas o trabalho de restauração começou lento, dificultoso, quase desanimado. Primeiro, a higienização do prédio, dominado pelos ratos, e traças, a sua pintura, a remodelação dos seus móveis danificados. Depois, a seleção dos objetos, tudo misturado, posto ali dir-se-ia granel, sem nenhum critério de escolha, à medida que chegava. Era um museu de velharias, sem um sentido lógico. Parecia uma casa de ferro-velho. Uma barra funda (O POVO, 10/01/53, p.3) [grifo meu].

O Museu, abandonado há alguns anos, estava desorganizado e sujo, não sendo mais possível identificar a forma de exposição do acervo antes utilizada. Havia um total descaso por parte do governo

no tocante à liberação de verbas que pudessem manter as mínimas condições de funcionamento da instituição. Na concepção de Girão, o abandono do Museu parece ser um ato de selvageria, já que “qualquer povo mais civilizado” se empenharia em preservá-lo. Foi nessas condições que o Instituto do Ceará recebeu o Museu Histórico do Ceará em 1951.

Mas o trabalho empreendido por Raimundo Girão e o Instituto Histórico dividia as opiniões da imprensa cearense. Enquanto algumas reportagens fazem grandes elogios à administração do Instituto do Ceará (O POVO, 10/01/53, p.3), outras fazem severas críticas, como a que vemos a seguir:

O Museu, que deveria ser uma fonte de curiosidade e conhecimento para nossa gente, vive relegado, de fato, ao mais completo abandono. *Parece que muitos desconhecem mesmo a sua existência.* Nem é cuidado e conservado de maneira como deveria ser, para garantir a preservação do que lá se encontra. *Por outro lado suas curiosidades bem poderiam ser aumentadas, da mesma forma que deveria caber à [sic] sua direção um trabalho visando torná-lo mais conhecido e mais procurado.* Quando não fosse isso, que ao menos se cuidasse bem do que lá existe. Nem uma coisa nem outra é feita e, nestas condições, o Museu vive mesmo entregue às [sic] moscas, o que é triste (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/11/54, p.3) [grifo meu].

Ao contrário do que foi anunciado por Raimundo Girão e pelos jornais logo depois da assinatura do convênio entre o Governo do Estado e o Instituto do Ceará, as mudanças realizadas após a anexação do Museu ao Instituto parecem não ter surtido muito efeito. A reportagem denuncia sua situação de abandono. Mais uma vez, percebemos que tal circunstância é consequência do descaso dos poderes públicos em relação às instituições culturais. Não só o Museu Histórico, mas também o Teatro José de Alencar e a Biblioteca Pública, por exemplo, encontravam-se na mesma situação.

Numa outra reportagem, em 1965, as mesmas questões são evidenciadas após um espaço de tempo maior, o que pode demonstrar que a administração realizada pelo Instituto Histórico não trouxe grandes benefícios para o Museu.

Nosso Museu Histórico, mais fruto da iniciativa individual que estatal, deixa muito a desejar, quer nas suas instalações, quer nas suas peças componentes. Mal abrigado na parte térrea do edifício do Instituto do Ceará, nada ou quase nada tem incorporado ao seu acervo, já de si diminuto. *É pouco conhecido, não dispõe de catálogo, quase não é visitado.* Não oferece mesmo atrativo para visitas, e só de forma eficiente pode cumprir a missão educativa de ilustrar, para a mocidade das escolas, certos aspectos da história política e social do Ceará (O POVO, 10 e 11/04/65, p.3) [grifo meu].

Boa parte das críticas se relaciona à falta de conhecimento por parte dos visitantes, assim como da pouca divulgação feita do Museu, o que nos faz crer que o mesmo não era muito frequentado pela população de Fortaleza e por escolas ou instituições de ensino. Em 1966, com a criação da Secretaria de Cultura do Estado, o Museu Histórico e Antropológico do Ceará passou a integrar o Departamento Cultural da secretaria, deixando de ser administrado pelo Instituto do Ceará, mas tendo Raimundo Girão como o primeiro secretário de cultura do Estado.

Em 1971, Ernando Uchoa Lima assume o comando da Secretaria de Cultura por indicação do governador eleito César Cals, que confiou a ele a tarefa de dinamizar as ações na área cultural no Ceará. A gestão de Ernando Uchoa foi marcada por um projeto de “popularização da cultura”, caracterizado por propor uma aproximação da política cultural do Governo com o povo, como ele mesmo afirmou em seu discurso de posse:

As luzes e os Andes desta secretaria, que eu suplico em meu socorro, são os conspícuos membros do Egrégio Conselho de Cultura, lídimos representantes da intelectualidade cearense. Respaldaado no Conselho de Cultura, e com a ajuda inestimável de todos os intelectuais e artistas conterrâneos, tenho a convicção inabalável de que conseguirei realizar uma obra de real significação em prol do desenvolvimento e da *popularização da cultura em nossa terra* (O POVO, 23/03/1971, [n.p.]) [grifo meu].

Foi através do trabalho de “interiorização e popularização da cultura” que a Secretaria começou a se afirmar diante da sociedade

cearense. O Plano de Ação Cultural organizado por Ernando Uchoa foi pensado para atender a todas as camadas da população, desde os bairros da capital às cidades do interior do Estado. Sua finalidade era “propiciar a todos os cearenses as condições necessárias ao aprimoramento de sua cultura, independente de condições sociais” (O POVO, 22/06/74, p.5).

As ideias defendidas pelo secretário para a cultura no Ceará soavam de forma suave aos ouvidos de alguns setores da sociedade, que viam na sua política um projeto de “democratização da cultura”, renegando uma política que servisse apenas aos interesses da elite, prática que teria caracterizado a gestão anterior da Secretaria de Cultura.⁵ Popularizar, para Ernando Uchoa, era difundir e facilitar o acesso de toda a população à cultura. No entanto, sua política demonstrava ser tão elitista quanto a anterior, ao assumir o papel de protetor e difusor da cultura para o povo.

O projeto de “popularização” da cultura implantado por Ernando Uchoa estava em consonância com a política de turismo que se fortalecia no início dos anos 1970, o que justificará, do ponto de vista econômico e não patriótico, o aumento dos gastos do Estado com o patrimônio cultural. Era preciso criar atrativos para os turistas, que, além dos encantos naturais, teriam as manifestações artísticas e culturais, que, dotadas de certo valor simbólico, tornar-se-iam mercadoria valorizada. Um pequeno texto escrito na contra capa do *Guia de Fortaleza* de 1976 confirma o fato de que o turismo havia se tornado o grande negócio para o nordeste naquele período.

TURISMO NO NORDESTE NÃO É ASSUNTO SÓ PARA AS FÉRIAS – O Nordeste é uma região onde são inúmeros os atrativos históricos, os encantos da natureza, as manifestações artísticas, as festas tradicionais e os pratos típicos. Mas isto não é assunto para se pensar apenas durante as férias. No Nordeste, a indústria do turismo cada dia se apresenta mais promissora, graças à nova mentalidade que se implantou na região. O Banco do Nordeste tem muito a ver com essa nova mentalidade: desde 1967, o Banco do Nordeste realiza trabalhos ligados ao desenvolvimento do setor, financiando a rede

hoteleira, identificando pontos de atração, *divulgando a nova imagem do Nordeste* e elaborando planos globais de expansão e incentivo. (AUDIFOR, 1976) (grifo meu).

A construção dessa “nova imagem do nordeste” era fundamental para o negócio turístico na região. Para atrair mais visitantes, era preciso mudar a ideia que se tinha do nordeste das secas. A saída seria investir na imagem do litoral e de suas belezas naturais, reforçando o sertão como o lugar não só da pobreza, mas da tradição, da pureza cultural, onde seria possível encontrar uma “autêntica” produção simbólica.

Apesar de emergir essa nova imagem do nordeste associada ao litoral, os vínculos com o sertão e tudo aquilo que o representa não são descartados. Pelo contrário, são incorporados à lógica mercantil. A política de turismo pensada para a região idealiza a produção cultural das populações sertanejas e a apresenta nas feiras e nos museus como “cultura popular”, autêntica expressão do povo nordestino (e porque não dizer brasileiro!?).

O interesse do governo no setor cultural pode ser percebido através dos investimentos em instituições já existentes, como é o caso do Museu Histórico e Antropológico⁶, mas também na criação de novos atrativos culturais. No dia 15 de abril de 1973, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou um artigo de Otacílio Colares⁷ intitulado *Um museu que faltava numa terra sem museus*. O artigo se refere à criação do Museu de Arte e Cultura Populares do Ceará, uma feliz iniciativa do governo do Estado, segundo o autor. O museu foi instalado no primeiro andar da edificação da antiga cadeia pública, onde já se encontrava em funcionamento a CETUR (Centro de Turismo), uma espécie de centro comercial onde os turistas poderiam encontrar à venda parte do artesanato cearense.

A CETUR era vinculada a EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo) criada pela lei nº 9.511, de 13 de setembro de 1971, como uma empresa de economia mista, na qual 51% das ações pertenciam ao Governo do Estado. Seus objetivos principais eram a coordenação de programas que garantissem o desenvolvimento do turismo

no estado e a criação de uma infraestrutura que suportasse a indústria turística estadual. Dentre os produtos de comercialização dessa indústria estava o artesanato local (AUDIFOR, 1976, p.17).

Segundo o artigo de Colares, a criação do Museu foi resultado das ações do governador César Cals, que tinha como um dos pontos de sua plataforma o desenvolvimento do turismo como uma atividade rentável para a economia. Sobre a criação do Museu, Otacílio Colares diz:

A atual administração do Estado, graças a Deus, não tem feito vista grossa para o desenvolvimento, entre nós, dessa atividade cultural das mais significativas, que é a da criação de novos museus e a sua manutenção em estado de visitação por parte do grande público. Tendo como um dos pontos de sua plataforma de ação o desenvolvimento do turismo, compreendeu que essas casas de resguardo do passado e dos costumes são essenciais na revelação de um complexo humano, de uma civilização. Daí o espírito diferente e, por todos os títulos, louvável, que ora se imprime à museologia, que deixou de ser coisa de ‘maníacos’ para ser atividade científica e artisticamente orientada no sentido de realizar lenta mas seguramente a aculturação da nossa gente. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/04/1973) (grifo meu).

A área cultural, que até meados da década de 1960 não despertara no governo estadual grande interesse de investimento, transformara-se numa atividade lucrativa, mas apenas se estivesse associada à atividade turística. Trabalhos de levantamento e cadastramento fotográfico do patrimônio arquitetônico do estado, bem como de diversas manifestações artísticas e culturais cearenses serão financiadas pelo poder público, por meio de instituições como a SUDENE e o Banco do Nordeste (SAMPAIO; COSTA, 1975, p.481). Através de trabalhos como esses, o governo vai realizando uma espécie de mapeamento das manifestações culturais do Ceará, a fim de criar uma geografia do turismo no estado, definindo as regiões que teriam potencial turístico a ser explorado.

Esse trabalho de “valorização” da cultura era só mais uma das atividades relacionadas ao setor turístico. De acordo com Luzia Neide Coriolano e Laura Mary Fernandes (2007), o turismo é constituído

por uma infinidade de serviços que interagem e são apresentados como atrativos para serem usufruídos ou consumidos pelos visitantes. Segundo as autoras, consumir turismo é muito mais do que consumir uma mercadoria ou um produto

[...] é vivenciar uma experiência e um relacionamento entre visitante e visitado, conhecer culturas e lugares. A qualidade da prestação dos serviços turísticos, a qualidade da experiência, da vivência turística em um lugar está ligada também à articulação dessa atividade com o lugar, com o povo e a cultura desse lugar (CORIOLANO; FERNANDES, 2007, p.386).

O turismo estabelece uma espécie de cadeia produtiva formada por vários elos que criam oportunidades de trabalho para muitas pessoas, sendo o próprio lugar a ser visitado e os seus habitantes o primeiro elo dessa cadeia (CORIOLANO; FERNANDES, 2007, p.386). Portanto, a criação de uma política cultural para o Ceará no início dos anos 1970 não ocorre devido a um possível reconhecimento, por parte do governo, da importância da cultura para a sociedade. Essa política cultural é apenas parte de um projeto maior, o turístico, que se apresentava como uma atividade de grande potencial econômico para o estado.

De acordo com Renato Ortiz, o ano de 1964 é visto, tanto por economistas quanto por cientistas políticos, como um momento de reorganização da economia brasileira, que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital. A adoção, pelos militares, de um novo modelo desenvolvimentista possibilitou uma série de mudanças no país, como a concentração de renda, o crescimento do parque industrial, a criação de um mercado interno, a concentração da população em grandes centros urbanos, dentre outras.

Segundo o autor, dentro desse quadro de desenvolvimento capitalista, as relações entre a cultura e o Estado são sensivelmente alteradas, pois o processo de racionalização, manifestado, sobretudo no planejamento das políticas governamentais (incluindo a cultural), não expressa somente uma técnica de organização, mas o momento de desenvolvimento do próprio capitalismo brasileiro.

Para Ortiz essas transformações têm consequências no domínio cultural, pois no momento em que a economia brasileira cria um mercado de bens materiais, desenvolve-se um mercado de bens simbólicos referente à área da cultura (ORTIZ, 2003, p.81). Como parte desse desenvolvimento econômico, a “cultura popular” passa a ser concebida como bem simbólico e imediatamente incorporada à lógica mercadológica, através do setor turístico. Segundo o autor, a implantação de uma política sistemática para o turismo representou um passo importante no processo de mercantilização da “cultura popular”: “Não é por acaso que as Casas de Cultura Popular, sobretudo no Nordeste, se encontram sempre associadas às grandes empresas de turismo, que procuram explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais” (ORTIZ, 2003, p.87).

As conclusões de Renato Ortiz fazem jus às reflexões que vêm sendo feitas ao longo desse artigo. A implantação de um projeto político para a cultura no Ceará está diretamente ligada ao desenvolvimento da atividade turística no estado. Não só porque a cultura passava a ser entendida como um importante atrativo turístico, mas também porque, a partir do golpe militar em 1964, o Estado reorganizado passou a operar dentro de uma lógica cada vez mais planejada. Planejamento que se iniciou na esfera da política econômica e que depois se estendeu às outras áreas de ação do governo, incluindo a cultural.

Contudo, nem mesmo o potencial econômico da cultura – vislumbrado pelo setor turístico – foi capaz de garantir a continuidade de uma política cultural para o estado. Tal assertiva se confirma através da falta de investimento financeiro que continuará sendo uma característica marcante na existência dos equipamentos culturais vinculados ao governo, como o Museu do Ceará, por exemplo. O texto que analisa, de maneira geral, a trajetória administrativa do Museu, na ocasião em que se comemoraram os seus 75 anos, em janeiro de 2008, afirma

É claro que, numa perspectiva histórica, os aniversários são oportunidades de avaliar. Nesse sentido, pode-se afirmar que o grande desafio do Museu do Ceará na atualidade é a criação de um anexo e a composição de um quadro fixo de profissionais qualificados, deixando de ser menos vulnerável aos jogos da circunstância, que produzem perdas e danos, com a falta de algumas continuidades absolutamente necessárias em uma instituição que tem a responsabilidade de gerar conhecimento. Sem esses dois avanços, o caminho passa a ser de recuo. Diante de tantos problemas que se percebem no decorrer desses 75 anos, a sobrevivência do Museu do Ceará chega a assumir ares de fato miraculoso (RAMOS; SILVA FILHO, 2007, p.10).

Notas

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. É pesquisadora do Museu do Ceará, com bolsa financiada pela FUNCAP e, desde 2005, coordena o Núcleo Educativo da instituição. ameliahistoria@bol.com.br

¹ Os três diretores pesquisados foram Eusébio de Sousa, Raimundo Girão e Osmírio Barreto. Mesmo tendo havido outros diretores durante o período definido para a pesquisa, o foco de análise nos três citados deu-se pelo fato de terem sido eles os que mais tempo permaneceram à frente da instituição. (OLIVEIRA, 2009).

² O Museu Histórico do Ceará torna-se Museu Histórico e Antropológico do Ceará a partir de 1951, quando passou a ser administrado pelo Instituto Histórico do Ceará. Somente no início dos anos 1990 recebe a denominação de Museu do Ceará. Portanto, os termos Museu Histórico do Ceará, Museu Histórico e Antropológico do Ceará e Museu do Ceará referem-se à mesma instituição.

³ O Museu Histórico do Ceará foi criado em 1932 como uma das dependências do Arquivo Público do Estado do Ceará. Assim, o diretor do Arquivo Público era também responsável pelo Museu Histórico.

⁴ Raimundo Girão era membro do Instituto Histórico do Ceará e assumiu as funções de diretor do Museu Histórico durante o período em que o mesmo foi administrado pelo Instituto.

⁵ No trabalho intitulado *Relações entre Estado e cultura no Brasil*, o sociólogo Alexandre Barbalho levanta a hipótese de uma possível diferenciação entre as políticas de Raimundo Girão e Ernando Uchoa Lima na condução da Secretaria de Cultura do Ceará. Segundo ele, Raimundo Girão teve uma gestão caracterizada por uma política elitista, que beneficiava apenas alguns grupos privilegiados. Já Ernando Uchoa teria se diferenciado de Girão exatamente por sua proposta de popularização, que teria tornado possível o acesso de toda a população à cultura (BARBALHO, 1998, p.119).

⁶ O trabalho iniciado por Osmírio Barreto no Museu Histórico e Antropológico do Ceará a partir de 1971 deu à instituição grande reconhecimento por parte da imprensa cearense, tornando o Museu uma das instituições mais bem credenciadas do Governo do Estado na área cultural nesse período.

⁷ Otacílio Colares nasceu em Fortaleza em 1918. Era advogado de formação, mas exerceu mais assiduamente a atividade jornalística. Sua obra poética está em grande parte esparsa, pois publicou apenas *Poesias* (1947) e *O jogral impenitente* (1965). Foi membro do Grupo Clã e da Academia Cearense de Letras.

Referências

AUDIFOR. **Guia de Fortaleza**. Fortaleza: Tipoprogresso, 1976.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre estado e cultura no Brasil**. Ijuí-RS: Unijuí, 1998.

CASTRO, Manoel Sedrim de; MEDEIROS, José Hortêncio de. **Monografia do Museu Histórico e Antropológico**. Homenagem do Museu Histórico e Antropológico do Ceará à pátria, nos festejos de seu sesquicentenário da Independência. Fortaleza: Secult, 1972.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; FERNANDES, Laura Mary Marques. **CEARÁ: um novo olhar geográfico**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

NORA, Pierre. Entre História e Memória. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**. Memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932 – 1976). Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009. (Outras Histórias, vol. 53).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes; SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo E. Apresentação. In: **Museu do Ceará**. 75 anos. Fortaleza: Associação dos Amigos do Museu do Ceará/Secult, 2007.

SAMPAIO, Doria; COSTA, Lustosa. **Anuário do Ceará**. Fortaleza: Stylus, 1974.

Abstract

This article presents some considerations related to the practice of cultural policy in Ceará, characterized by lack of continuity and the negligence by the authorities. Based on sources and information relating to a cultural equipment linked to government, the Museum of Ceará, analyze - from the history of this institution - the lack of a planning policy for culture in the state, something that only change from the time that establishing a systematic policy for tourism in the early 1970s.

Keywords: Cultural policy. Tourism. Museum.

